de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão – Edital de Abertura de Concurso nº 87/2019.

Fica autorizada a prorrogação da admissão, por 30 (trinta) dias, de JULIANA ORAGGIO, RG nº 44266962-8, na função/perfil: ENFERMEIRO / Enfermeiro da Carreira de Profissionais de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão – Edital de Abertura de Concurso nº 87/2019.

SECRETARIA GERAL

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

FACULDADE DE ENGENHARIA CIVIL, ARQUITETURA E URBANISMO

EDITAL

Concurso para a obtenção de título de Livre Docência na área de Técnicas Retrospectivas, nas disciplinas AU814 Tecnologia IV: Técnicas Retrospectivas e AQ098 Teoria e História da Conservação e Restauro Arquitetônico, do Departamento de Arquitetura e Construção, da Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Estadual de Campinas. O concurso de que trata este Edital terá início às 08h45 do dia 21 de junho de 2022, com o uso de tecnologias de informação/videoconferência, com o seguinte calendário fixado para a realização das provas:

Dia: 21/06/2022 – terça-feira

08h45 - Abertura

09h00 - Prova de Títulos

10h30 - Prova Didática

14h00 - Prova de Arguição do Conjunto da Produção

A Comissão Julgadora estará constituída dos seguintes Professores Doutores: Membros Titulares: Profa. Dra. Silvia Aparecida Mikami G. Pina - Presidente - FECFAU/UNICAMP, Profa. Dra. Maria Tereza Duarte Paes - IG/UNICAMP, Prof. Dr. Mario Mendonça de Oliveira – UFBA, Prof. Dr. Arivaldo Leão de Amorim – UFBA e Profa. Dra. Rosina Trevisan Martins Ribeiro – UFRJ; Membros Suplentes: Prof. Dr. Leandro Palermo Junior - FECFAU/UNICAMP, Profa. Dra. Emilia Wanda Rutkowski - FECFAU/UNICAMP, Prof. Dr. Eduardo Romero de Oliveira – UNESP, Prof. Dr. Rodrigo Almeida Bastos – UFSC e Profa. Dra. Maísa Fernandes Dutra Veloso – UFRN.

Ficam, pelo presente Edital, convocados os membros da Comissão Julgadora e a candidata inscrita: Profa. Dra. Regina Andrade Tirello.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

FACULDADE DE CIÊNCIAS APLICADAS

EDITAL

O Diretor da Faculdade de Ciências Aplicadas da Universidade Estadual de Campinas, através da Secretaria Geral, torna pública a reabertura de inscrições para o concurso público de provas e títulos, mantidas as que foram recebidas no período de 06/01/2020 a 06/07/2020, para provimento de 01 (um) cargo de Professor Titular, nível MS-6, em RTP, com opção preferencial para o RDIDP, nos termos do item 2, na área de Administração, nas disciplinas NC 400 – Noções de Administração e Gestão e AD 010 – Teoria das Organizações, da Faculdade de Ciências Aplicadas da Universidade Estadual de Campinas.

1. DOS REQUISITOS MÍNIMOS PARA INSCRIÇÃO:

1.1. Poderão se inscrever no concurso:

1.1.1. Professor Associado da Unicamp, portador há 5 (cinco) anos, no mínimo, do título de Livre-Docente e que satisfaça o perfil de Professor Titular da Unidade;

1.1.2. Candidato externo à Carreira do Magistério Superior da Unicamp, portador há 5 (cinco) anos, no mínimo, do título de Livre-Docente, obtido por concurso de títulos em instituição oficial e devidamente reconhecido pela Unicamp e que satisfaça o perfil de Professor Titular da Unidade;

1.1.3. Docente integrante da Parte Suplementar (PS) do QD-UNICAMP que exerça a função MS-5 ou MS-6 na forma do § 3º do Artigo 261 do Regimento Geral;

1.1.4. Especialista externo à Carreira do Magistério Superior da Unicamp, de reconhecido valor e com atividade científica comprovada na área do concurso, integrante ou não do QD-Unicamp, excepcionalmente e pelo voto de 2/3 (dois terços) dos membros em exercício da Câmara de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE.

2. DO REGIME DE TRABALHO

2.1. Nos termos do Estatuto da UNICAMP, o Regime de Dedicação Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP) é o regime preferencial do corpo docente e tem por finalidade estimular e favorecer a realização da pesquisa nas diferentes áreas do saber e do conhecimento, assim como, correlatamente, contribuir para a eficiência do ensino e para a difusão de ideias e conhecimento para a comunidade.

2.2. Ao se inscrever no presente concurso público o candidato fica ciente e concorda que, no caso de admissão, poderá ser solicitada, a critério da Congregação da Unidade, a apresentação de plano de pesquisa, que será submetido à Comissão Permanente de Dedicação Integral à Docência e à Pesquisa – CPDI – para avaliação de possível ingresso no Regime de Dedicação Integral à Docência e à Pesquisa – RDIDP.

2.3. O Regime de Dedicação Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP) está regulamentado pela Deliberação CONSU-A-02/01, cujo texto integral está disponível no sítio:

https://www.pg.unicamp.br/norma/2684/1

2.4. O aposentado na carreira docente aprovado no concurso público somente poderá ser admitido no Regime de Turno Parcial (RTP), vedada a extensão ao Regime de Dedicação Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP), conforme Deliberação CONSU-A-08/2010.

2.5. A remuneração inicial para o cargo de Professor Titular da Carreira do Magistério Superior é a seguinte:

a) RTP – R$ 3.441,80

b) RTC – R$ 8.736,71

c) RDIDP – R$ 19.855,85

3. DAS INSCRIÇÕES

3.1. As inscrições deverão ser feitas de forma presencial pelo candidato ou por seu procurador (procuração simples) dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, a contar do primeiro dia útil subsequente ao da publicação deste edital no Diário Oficial do Estado – DOE, no horário das 14h00 às 17h00, na Seção de Gestão Documental, da Faculdade de Ciências Aplicadas, situada à Rua Pedro Zaccaria, 1300, Jardim Santa Luiza, em Limeira, São Paulo.

3.1.1. Não serão admitidas inscrições enviadas via postal, via fac-símile ou correio eletrônico, nem inscrições condicionais ou apresentadas fora do prazo estabelecido.

3.2. No momento da inscrição deverá ser apresentado requerimento dirigido ao Diretor da Faculdade de Ciências Aplicadas, contendo nome, domicílio, profissão e sob qual subitem previsto no item 1 está se inscrevendo, acompanhado dos seguintes documentos:

a) prova de ser portador do título de livre docente, ressalvada as hipóteses previstas nos subitens 1.1.1.; 1.1.3.; e 1.1.4. deste Edital;

b) documento de identificação pessoal, em cópia;

c) 1 (uma) cópia impressa e 1 (uma) cópia digital – em formato Portable Document Format (PDF), do Memorial, na forma indicada no item 3.3. deste Edital;

d) 1 (um) exemplar ou cópia impressa ou cópia digital, de cada trabalho ou documento mencionado no Memorial.

3.3. O memorial a que se refere à alínea "c" do item 3.2, deverá conter tudo o que se relacione com a formação didática, administrativa e profissional do candidato, principalmente suas atividades relacionadas com a área em concurso, a saber:

a) a produção científica e a criação original, literária, artística ou filosófica do candidato, se for o caso;

b) as atividades didáticas desenvolvidas;

c) as atividades profissionais referentes à matéria em concurso;

d) as atividades de planejamento, organização e implantação de serviços novos;

e) as atividades de formação e orientação.

3.3.1. O memorial poderá ser aditado, instruído ou completado até a data fixada para o encerramento das inscrições.

3.3.2. O candidato portador de necessidades especiais, temporária ou permanente, que precisar de condições especiais para se submeter às provas deverá solicitá-las por escrito no momento da inscrição, indicando as adaptações de que necessita.

3.3.3. No ato da inscrição o candidato poderá manifestar por escrito a intenção de realizar as provas na língua inglesa. Os conteúdos das provas realizadas nas línguas inglesa e portuguesa serão os mesmos.

3.4. O prazo de inscrição poderá ser prorrogado, a critério da Unidade, por no máximo igual período, devendo ser publicado no Diário Oficial do Estado até o final do dia útil imediatamente posterior ao do encerramento das inscrições.

3.5. Recebida a documentação de inscrição e satisfeitas às condições do Edital, a Seção de Gestão de Pessoas encaminhará o requerimento de inscrição relativos aos subitens 1.1.1; 1.1.2; e 1.1.3 deste Edital, com toda a documentação, ao Diretor da Faculdade de Ciências Aplicadas, que a submeterá ao Departamento ou a outra instância competente, definida pela Congregação da Unidade a que estiver afeta a área em concurso, para emitir parecer circunstanciado sobre o assunto, observando-se o disposto na Deliberação CONSU-A-023/1992.

3.5.1. O parecer de que trata o item 3.5 será submetido à aprovação da Congregação da Unidade, instância que deliberará sobre o deferimento de inscrições, ressalvado a inscrição com base no subitem 1.1.4.

3.5.2. A solicitação de inscrição feita com base no subitem 1.1.4. deste edital será submetida para apreciação da Câmara de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE). A CEPE, para deliberar sobre o pedido, designará uma Comissão composta de cinco (05) especialistas na área em concurso, para emitir parecer individual e circunstanciado sobre os méritos do candidato, observando-se a área do concurso e, no que couber, o perfil de Professor Titular da Unidade.

3.5.3. A Comissão de Especialistas de que trata o subitem anterior será constituída por Professores Titulares efetivos da Universidade Estadual de Campinas, a partir de uma lista de 10 (dez) nomes sugeridos pela Congregação, completando-se, se necessário, o seu número, com profissionais de igual categoria de outros estabelecimentos de ensino superior no país.

3.5.4. A inscrição ao concurso público para o cargo de Professor Titular, com base no subitem 1.1.4., considerar-se-á efetivada se o candidato obtiver o voto de 2/3 dos membros da CEPE em exercício.

3.5.5. A Unidade divulgará no sítio https://www.fca.unicamp.br/portal/pt-br/fca-pessoas/institucional-concursos.html a deliberação da Congregação referente às inscrições e a composição da Comissão Julgadora.

3.6. Os candidatos inscritos serão notificados por edital, publicado no Diário Oficial do Estado, com antecedência mínima de 20 (vinte) dias do início das provas, do deferimento ou indeferimento da inscrição, da composição da Comissão Julgadora e seus suplentes, bem como do calendário fixado para as provas.

3.6.1. Caso haja solicitação por escrito de todos os candidatos inscritos e desde que não haja, a critério do Diretor da Unidade, qualquer inconveniente, a data de realização das provas de que trata o item 3.6. deste edital, poderá ser antecipada por até 07 (sete) dias ou postergada por até trinta (30) dias.

4. DA COMISSÃO JULGADORA

4.1. A Comissão Julgadora será constituída de 05 (cinco) membros titulares possuidores de aprofundados conhecimentos sobre a área em concurso ou área afim, cujos nomes serão aprovados pela Congregação da Unidade, e sua composição deverá obedecer aos princípios constitucionais, em particular o da impessoalidade.

4.1.1. Dois membros da Comissão Julgadora serão pertencentes ao corpo docente da Universidade, escolhidos entre seus docentes possuidores do título de Professor Titular.

4.1.2. Os demais membros serão escolhidos entre professores de igual categoria de outras instituições oficiais de ensino superior ou entre profissionais especializados de instituições científicas, técnicas ou artísticas, do país ou do exterior.

4.1.3. Cada Comissão Julgadora terá sempre, além dos membros efetivos, pelo menos 2 (dois) suplentes indicados pelo mesmo processo.

4.2. Os trabalhos serão presididos pelo Professor Titular da Universidade mais antigo no cargo, dentre aqueles indicados para constituir a respectiva Comissão Julgadora.

5. DAS PROVAS

5.1. O presente concurso constará das seguintes provas:

I – prova de Títulos, com peso 1 (um);

II – prova de Arguição, com peso 1 (um);

III – prova de Erudição, com peso 1 (um).

5.2. Na definição dos horários de realização das provas será considerado o horário oficial de Brasília/DF.

5.2.1. O candidato deverá comparecer ao local designado para a realização das provas com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos da hora fixada para o seu início.

5.2.2. Não será admitido o ingresso de candidato no local de realização das provas após o horário fixado para o seu início.

5.3. O não comparecimento às provas (exceto à prova de títulos), por qualquer que seja o motivo, caracterizará desistência do candidato e resultará em sua eliminação do certame.

Prova de Títulos

5.4. Na prova de títulos será apreciado pela Comissão Julgadora o Memorial apresentado pelo candidato no ato da inscrição.

5.4.1. Cada examinador atribuirá uma nota de 0 (zero) a 10 (dez) à prova de títulos.

Prova de Arguição

5.5. A prova de arguição destina-se à avaliação geral da qualificação científica, literária ou artística do candidato.

5.5.1. Serão objeto de arguição, as atividades desenvolvidas pelo candidato constantes do Memorial por ele elaborado.

5.5.2. Cada integrante da Comissão Julgadora disporá de até 30 (trinta) minutos para arguir o candidato que terá igual tempo para responder as questões formuladas.

5.5.3. Havendo acordo mútuo, cada arguição poderá ser feita sob a forma de diálogo, respeitando, porém, o limite máximo de 01 (uma) hora.

5.5.4. Ao final da prova, cada examinador atribuirá ao candidato nota de 0 (zero) a 10 (dez).

Prova de Erudição

5.6. A prova de erudição constará de exposição sobre tema de livre escolha do candidato, pertinente à área em concurso.

5.6.1. A prova de erudição deverá ser realizada de acordo com a área ou conjunto de disciplinas publicadas no edital.

5.6.2. A prova erudição terá duração de 50 (cinquenta) a 60 (sessenta) minutos, e nela o candidato deverá desenvolver o assunto escolhido, em alto nível, facultando o emprego de roteiros, apontamentos, tabelas, gráficos, dispositivos ou outros recursos pedagógicos utilizáveis na exposição.

5.6.3. Ao final da prova, cada examinador atribuirá ao candidato nota de 0 (zero) a 10 (dez).

5.7. As provas orais do presente concurso público serão realizadas em sessão pública. É vedado aos candidatos assistir às provas dos demais candidatos.

6. DA AVALIAÇÃO E JULGAMENTO DAS PROVAS

6.1. Ao final de cada uma das provas previstas no subitem 5.1. deste edital, cada examinador atribuíra ao candidato uma nota de 0 (zero) a 10 (dez).

6.1.1. As notas de cada prova serão atribuídas individualmente pelos integrantes da Comissão Julgadora em envelope lacrado e rubricado, após a realização de cada prova e abertos ao final de todas as provas do concurso em sessão pública.

6.2. A nota final de cada examinador será a média das notas atribuídas por ele ao candidato em cada prova.

6.2.1. Cada examinador fará uma lista ordenada dos candidatos pela sequência decrescente das notas finais por ele atribuídas. O próprio examinador decidirá os casos de empate, com critérios que considerar pertinentes.

6.2.2. As notas finais serão calculadas até a casa dos centésimos, desprezando-se o algarismo de ordem centesimal, se inferior a 5 (cinco) e aumentando-se o algarismo da casa decimal para o número subsequente, se o algarismo da ordem centesimal for igual ou superior a 5 (cinco).

6.3. A Comissão Julgadora, em sessão reservada, após divulgadas as notas e apurados os resultados, emitirá parecer circunstanciado sobre o resultado do concurso justificando a indicação feita, do qual deverá constar tabela e/ou textos contendo as notas, as médias e a classificação dos candidatos.

6.3.1. Poderão ser acrescentados ao relatório da Comissão Julgadora, relatórios individuais de seus membros.

6.4. O resultado do concurso será imediatamente proclamado pela Comissão Julgadora em sessão pública.

6.4.1. Serão considerados habilitados os candidatos que obtiverem, da maioria dos examinadores, nota final mínima 7 (sete).

6.4.2. A relação dos candidatos habilitados é feita a partir das listas ordenadas de cada examinador.

6.4.3. O primeiro colocado será o candidato que obtiver o maior número de indicações em primeiro lugar na lista ordenada de cada examinador.

6.4.4. O empate nas indicações será decidido pela maior média obtida na prova de títulos. Persistindo o empate a decisão caberá, por votação, à Comissão Julgadora. O Presidente terá o voto de desempate, se couber.

6.4.4.1. Para fins previstos no subitem 6.4.4. a média obtida corresponde à média aritmética simples das notas atribuídas pelos membros da Comissão Julgadora ao candidato. A média será computada até a casa dos centésimos, desprezando-se o algarismo de ordem centesimal, se inferior a 5 (cinco) e aumentando-se o algarismo da casa decimal para o número subsequente, se o algarismo da ordem centesimal for igual ou superior a 5 (cinco).

6.4.5. Excluindo das listas dos examinadores o nome do candidato anteriormente selecionado, o próximo classificado será o candidato que obtiver o maior número de indicações na posição mais alta da lista ordenada de cada examinador.

6.4.6. Procedimento idêntico será efetivado subsequentemente até a classificação do último candidato habilitado.

6.5. As sessões de que tratam os itens 6.1.1., 6.3. e 6.4. deverão se realizar no mesmo dia em horários previamente divulgados.

6.6. O parecer da Comissão Julgadora será submetido à Congregação da Faculdade de Ciências Aplicadas, que só poderá rejeitá-lo em virtude de vícios de ordem formal, pelo voto de 2/3 (dois terços) de seus membros presentes.

6.7. O resultado final do concurso será submetido à apreciação da Câmara Interna de Desenvolvimento de Docentes (CIDD), e encaminhado à Câmara de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) para deliberação, que só poderá rejeitá-lo em virtude de vícios de ordem formal, pelo voto de 2/3 (dois terços) de seus membros presentes.

6.8. A relação dos candidatos aprovados será publicada no Diário Oficial do Estado, com as respectivas classificações.

7. DA ELIMINAÇÃO

7.1. Será eliminado do concurso público o candidato que:

a) Deixar de atender às convocações da Comissão Julgadora;

b) Não comparecer a qualquer uma das provas, exceto a prova de títulos.

8. DOS RECURSOS

8.1. No prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do primeiro dia útil subsequente à publicação do edital que informa as inscrições aceitas, a composição da Comissão Julgadora e o calendário de provas, caberá recurso à Câmara de Ensino, Pesquisa e Extensão contra a composição da Comissão ou inscrições.

8.1.1. A Deliberação da CEPE com o resultado do recurso será divulgado no sítio eletrônico da Secretaria Geral da UNICAMP (www.sg.unicamp.br)

8.2. Do resultado do concurso caberá recurso, exclusivamente de nulidade, ao Conselho Universitário, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da publicação prevista no item 6.8 deste edital.

8.2.1. O recurso deverá ser protocolado na Secretaria Geral da UNICAMP.

8.2.2. Não será aceito recurso via postal, via fac-símile ou correio eletrônico.

8.2.3. Recursos extemporâneos não serão recebidos.

8.3. O resultado do recurso será divulgado no sítio eletrônico da Secretaria Geral da UNICAMP (www.sg.unicamp.br).

9. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1. A inscrição do candidato implicará no conhecimento e na tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais o candidato não poderá alegar qualquer espécie de desconhecimento.

9.2. As convocações, avisos e resultados do concurso serão publicados no Diário Oficial do Estado e estarão disponíveis no sítio https://www.fca.unicamp.br/portal/pt-br/fca-pessoas/institucional-concursos.html, sendo de responsabilidade exclusiva do candidato o seu acompanhamento.

9.3. Se os prazos de inscrição e/ou recurso terminarem em dia em que não há expediente na Universidade, no sábado, domingo ou feriado, estes ficarão automaticamente prorrogados até o primeiro dia útil subsequente.

9.4. O prazo de validade do concurso será de 1 (um) ano, a contar da data de publicação no Diário Oficial do Estado da homologação dos resultados pela CEPE, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período.

9.4.1. Durante o prazo de validade do concurso poderão ser providos os cargos que vierem a vagar, para aproveitamento de candidatos aprovados na disciplina ou conjunto de disciplinas em concurso.

9.5. A critério da Unidade de Ensino e Pesquisa, ao candidato aprovado e admitido poderão ser atribuídas outras disciplinas além das referidas na área do concurso, desde que referentes à área do concurso ou de sua área de atuação.

9.6. O candidato aprovado e admitido somente será considerado estável após o cumprimento do estágio probatório, referente a um período de 03 (três) anos de efetivo exercício, durante o qual será submetido à avaliação especial de desempenho, conforme regulamentação prevista pela Universidade.

9.7. O presente concurso obedecerá às disposições contidas nas Deliberações CONSU-A-09/15, CONSU-A-15/2011 que estabelece o perfil de Professor Titular da Faculdade de Ciências Aplicadas e da Deliberação CONSU-A-10/2019 que estabelece os requisitos e procedimentos internos para realização de concurso para provimento de Professor Titular da Faculdade de Ciências Aplicadas.

9.8. Os itens deste edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, até a data de convocação para a prova correspondente, circunstância que será mencionada em Edital ou Aviso a ser publicado.

10. PROGRAMA

NC400 – NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO

EMENTA

Gestão e administração. O processo administrativo. Perfil e funções do administrador. Tomada de decisão, planejamento, organização, direção, coordenação e controle. Inovação e empreendedorismo. Tendências da gestão e administração no Brasil e no mundo.

OBJETIVOS

• Construir coletivamente conceitos fundamentais de administração e gestão;

• Promover discussões sobre os principais processos da administração e da gestão e sobre os papéis e competências dos administradores e gestores no âmbito público e privado, a partir de contribuições teóricas e estudos de casos;

• Analisar tendências recentes de administração e gestão no Brasil e no mundo.

BIBLIOGRAFIA

• DAFT, R. L. Administração. 2a edição. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

• DRUCKER, Peter. Gestão. Rio de Janeiro: Agir, 2010.

• MAXIMIANO, A. C. A. Teoria Geral da Administração: da Revolução Urbana à RevoluçãoDigital. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2010.

• CHANDLER, A.D. A Lógica Duradoura do Sucesso Industrial. In: Montgomery, C.A.; Porter, M.E. Estratégia: a busca da vantagem competitiva. 6ª Ed. Trad. Bazán Tecnologia e Lingüística. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1998.

• FAYOL, H. Administração Industrial e Geral. 10ª Ed. Trad. Irene de Bojano e Mário de Souza. São Paulo: Editora Atlas, 2009. Título Original: Administration industrielle et générale. 1916.

• MARCH, J. G. Como as Decisões Realmente Acontecem: princípios da tomada de decisão. Trad. André Alonso Machado. São Paulo: Leopardo, 2009.

• MINTZBERG, H. A Criação Artesanal da Estratégia. In: Montgomery, C.A.; Porter, M.E. Estratégia: a busca da vantagem competitiva. 6ª Ed. Trad. Bazán Tecnologia e Lingüística. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1998.

• MINTZBERG, H. Managing: desvendando o dia a dia da gestão. Trad. Francisco Araújo da Costa. Porto Alegre: Bookman, 2010.

• MINTZBERG, H.; LAMPEL, J.; QUINN, J.B.; GHOSHAL, S. O processo da estratégia: conceitos, contextos e casos selecionados. 4ª Ed.Trad. Luciana de Oliveira da Rocha. Porto Alegre: Bookman, 2006.

• PORTER, M.E. Estratégia Competitiva: técnicas para análise de indústrias e da concorrência. 2ª Ed. Trad. Elizabeth Maria de Pinho Braga. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. Título Original: Competitive Strategy. 1980.

• SCHERMERHORN. Administração. Tradução da 2a edição norte-americana. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

• WEBER, M. Os três tipos puros de dominação legítima. In: Cohn, G. Max Weber: Sociologia. São Paulo: Ática, 1979.

AD010 – TEORIA DAS ORGANIZAÇÕES

EMENTA

Teoria. Evolução das teorias organizacionais. Teorias Clássicas de Gestão. A motivação do ser humano dentro das organizações. A Burocracia e outros sistemas de controle e poder. Os psicólogos organizacionais. O desenvolvimento das abordagens ambientais. O advento da teoria institucional. Teoria contigencial, de configurações. Teoria de sistemas, redes e complexidade. O ambiente criado e o sensemaking. Novas abordagens teóricas e o desenvolvimento futuro.

OBJETIVOS

• Conhecer e discutir as bases teóricas das correntes do pensamento em administração;

• Conhecer a evolução do pensamento em administração;

• Estabelecer relações críticas com as diversas correntes, sendo capaz de avaliar o uso de técnicas e instrumentos de gestão nos contextos históricos, econômicos e sociais em que foram gerados e difundidos;

• Possibilitar ao aluno mesclar teorias de diferentes paradigmas e de diferentes épocas para o enfrentamento contemporâneo da pesquisa;

BIBLIOGRAFIA

CLEGG, Stewart R.; HARDY, Cynthia; NORD, Walter R. (Orgs.). Handbook de estudos organizacionais. São Paulo: Atlas, 2004, v. 3.

CLEGG, Stewart R.; HARDY, Cynthia; NORD, Walter R. (Orgs.). Handbook de estudos organizacionais. São Paulo: Atlas, 2001, v. 2.

CLEGG, Stewart R.; HARDY, Cynthia; NORD, Walter R. (Orgs.). Handbook de estudos organizacionais. São Paulo: Atlas, 1999, v. 1.

TSOUKAS, H., CHIA, R. The Oxford Handbook of Organizational Studies. Oxford: Oxford University Press, 2003.

Alvarez, J.L., Ferreira, M.A. Network versus bureaucracies. Working paper IESE, January 1995.

Alvarez, Sharon A., and Jay B. Barney. "Discovery and creation: Alternative theories of entrepreneurial action." Strategic entrepreneurship journal 1.1 2 (2007): 11-26.

Augie, M., & March, J. 2008. A retrospective look at A Behavioral Theory of the Firm. Journal of Economic Behaviour & Organization, V.66, 1-6.

Barney, Jay, Mike Wright, and David J. Ketchen Jr. "The resource-based view of the firm: Ten years after 1991." Journal of management 27.6 (2001): 625-641.

Bertalanffy , L. 1950. The theory of open system in physics and biology. Science, January 13, v.111, pp.23-29

Chia, R. (1999). 'A "rhizomatic" model of organizational change and transformation: perspective from a metaphysics of change'. British Journal of Management, 10, 4, 209–27.

Chia, R. 1995. From modern to postmodern organizational analysis. Organizational studies. July. 16,4, Pp.579-604

Clegg, S., Baumeler, C. 2010. Essai: From Iron Cages to Liquid Modernity in Organization Analysis. Organization Studies, Vol 31, Issue 12, pp. 1713 – 1733.

COASE, R. H. The nature of the firm. Economica, v.4, 16, p.386-405, 1937.

Cunha, M.P., Clegg, S., Rego, A. & Gomes, J.F.S. (2015). Embodying sensemaking: Learning from the extreme case of Vann Nath, prisoner at S-21. European Management Review, 12(1), 41-58

Daft, R.L., & Weick, K.E. 1984. Toward a model of organizations as interpretation systems. Academy of Management Review, 9: 284-295.

David Lamond, (2005) "On the value of management history: Absorbing the past to understand the present and inform the future", Management Decision, Vol. 43 Issue: 10, pp.1273-1281

DiMaggio, P., & Powell, W.W. 1983. The iron cage revisited: Institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields. American Sociological Review, 48: 147-160.

DiMaggio, P.J. 1995. Comments on What theory is not.' Administrative Science Quarterly, 40: 391-397.

DYE, Kelly; MILLS, Albert J.; WEATHERBEE, Terrance. Maslow man interrupted: reading management theory in context. Management Decision, v.43, n.10, p.1375-1747, 2005.

Eisenhardt, K., Piezunka, H., 2011. Complexity and corporate strategy. In: Allen, P., Maguire, S., McKelvey, B.(Eds.), Sage Handbook of Complexity and Management, pp. 506–523.

Emerson, R.M. 1962. Power-dependence relations. American Sociological Review, 27: 31-41.

FARIA, José Henrique de and MENEGHETTI, Francis Kanashiro. Burocracia como organização, poder e controle. Rev. adm. empres. [online]. 2011, vol.51, n.5, pp.424-439.

Gavetti, G. et al. 2007. NeoCarnegie. Organization Science. V.18, n.3, 523-536.

Hannan, M.T., & Freeman, J. 1984. Structural inertia and organizational change. American Sociological Review, 49: 149-164.

Hassard, J. (1991), "Multiple Paradigms and Organizational Analysis: A Case Study," Organization Studies, 12, 275-299.

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

terça-feira, 10 de maio de 2022 às 05:05:21